

MODELO DE DOCUMENTO A SER ENVIADO COM A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES  
PARA O CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
<p>Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 121</p>	<p>“ 4. O aspecto assistencialista e beneficente na formação da classe trabalhadora se estendeu também nos Liceus de Artes e Ofícios, iniciando-se de fato a Educação Profissional e Tecnológica com o Decreto nº 7.566 de 1909 sancionado pelo então Presidente Nilo Peçanha (BRASIL, 1909), como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho para os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas (KUENZER, 2007 apud VIEIRA &amp; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 5). Esta política também foi aplicada nos patronatos e escolas agrícolas e nas escolas de magistério de</p>	<p>Alteração</p>	<p>Trocar “do agronegócio brasileiro” por “da agricultura capitalista”</p>	<p>Agronegócio seria anacrônico nesse contexto, segundo Delgado (2012, 2013), a categoria está ligada às alterações da agricultura capitalista a partir dos anos 2000.</p>

	<p>economia rural doméstica. Estas instituições federais de ensino foram responsáveis pelo fortalecimento do agronegócio brasileiro &lt;da agricultura capitalista&gt; e do desenvolvimento de uma visão de rural como algo atrasado que deveria ser mudado com a adoção de técnicas do capital, estes educandários deram origem a maior parte dos campi agrícolas dos Institutos Federais.</p>			
<p>Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 122</p>	<p>“11. Após a criação de “661 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II” (BRASIL, 2019), na</p>	<p>Inclusão</p>	<p>Após “interioranos”, incluir “que estão, em grande parte, inseridos em contextos sociais e econômicos rurais”</p>	<p>Sempre articulados com as potencialidades locais do mercado de trabalho (PEREIRA, 2009 apud SOUZA, &amp; MEDEIROS NETA, 2021, p. 6).</p>

	expansão da Rede Federal a Lei Nº 11.195 excluiu entraves e anunciou a criação de 64 unidades de ensino, privilegiando as instituições em periferias de grandes centros urbanos, além de municípios interioranos <que estão, em grande parte, inseridos em contextos sociais e econômicos rurais>”			
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 122		Alteração	Colocar o acento na palavra “políticas”	
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 124	“22. Esse processo invisibiliza os sujeitos coletivos de direitos do campo, suas realidades históricas e demandas, como no caso da ‘Educação do Campo’, categoria pedagógica do campo da educação popular <libertadora e/ou> e libertária, que se percebe ainda incipiente nos	Inserção e exclusão	Após “educação popular”, inserir “libertadora e/ou libertária”	

	Planejamentos de Desenvolvimento Institucionais dos Institutos Federais, e que propõe outra matriz de desenvolvimento no campo baseado na agroecologia e suas diversas tecnologias participativas, sociais e adaptadas aos arranjos produtivos locais dos sujeitos de direitos do campo”			
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 125		Alteração	Não tem nada em negrito	
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 126	“26. XI. Consolidar o ensino integrado e a formação integral, fazendo avançar em sua compreensão e privilegiando o mundo do trabalho, em detrimento e contraposição estratégica a possibilidade de verticalidade acadêmica de formação <ao invés da ênfase na verticalidade acadêmica da formação”	Exclusão ou alteração	Ao invés da ênfase na verticalidade acadêmica da formação	a contraposição e detrimento à verticalidade não me parecem condizentes com as necessidades e proposições da Educação do Campo, ainda que a ênfase ao mundo do trabalho possa ser destacada. Do contrário, pode parecer que a verticalização não é demanda nem caminho formativo para as populações

				do campo, o que seria no mínimo questionável em relação ao direito ao acesso à educação, inclusive superior.
Texto 8, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, p. 128	<p>“30. Nesse sentido é relevante a atualização e revisão dos Projetos Políticos e Pedagógicos, assim como estruturas burocráticas que possam atender as novas demandas. Para tanto, torna-se urgente e necessário à avaliação coletiva e participativa da atuação dos Campi Agrícolas da Rede Federal, &lt;bem como de todos os campi da Rede Federal de Ensino que atendem populações rurais e/ou estão localizados em espaços rurais,&gt; nos moldes do ‘Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede</p>	Inserção e alteração	Após “rede federal”, “bem como de todos os campi da Rede Federal de Ensino que atendem populações rurais e/ou estão localizados em espaços rurais”.	Do jeito que está a redação, parece que a Educação do Campo e/ou as políticas e os cursos específicos voltados para os povos do campo são e/ou devem estar restritos aos campi agrícolas, desconsiderando que: i) outros campi estão localizados em espaços rurais e/ou atendem populações rurais; ii) estes povos têm demandas e necessidades em diferentes áreas de formação para seu adequado “desenvolvimento” territorial e sua formação humana e profissional; iii) projetos de ensino, pesquisa e extensão podem e devem compreender as diferentes realidades e demandas dos

	<p>Federal de Educação Profissional e Tecnológica', com o protagonismo dos sujeitos do campo, subsidiada pelas organizações e movimentos sociais do campo, bem como das universidades que avançaram na formação de professores para atuarem em escolas do campo (Licenciaturas em Educação do Campo).</p>			<p>povos e espaços rurais.</p>
--	---	--	--	--------------------------------